



000403

**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitações

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

Edital Pregão Presencial nº 009/2019 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, INCLUINDO HIGIENIZAÇÃO E RECOLHIMENTO DE DEJETOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS).**

Impugnante: LOCBAN PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI

Apresentou impugnação no dia 27/03/2019, aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante LOCBAN PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI conforme prazos estabelecidos no item 3.7 do edital e na forma da lei.

Após recebimento da impugnação, o Pregoeiro encaminhou o processo n.º 4.867/2019 para a Procuradoria Geral do Município para análise e emissão de parecer jurídico acerca das alegações do recorrente, que se manifestou da seguinte maneira:

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria (fls. 15) vem esta Advocacia opinar sobre a impugnação apresentada tempestivamente pela empresa Locban Produções e Eventos EIRELI referente ao Pregão Presencial nº 09/2019 (cujo objeto é o registro de preços para locação de banheiros químicos) na forma abaixo.

Aduz em sua teratológica impugnação:

*"Exigir contrato com alguma empresa que faça a destinação final do resíduo de maneira correta, exigir o CTF-Cadastro técnico Federal, que garante o direito de transporte de resíduo doméstico proveniente de banheiros químicos.*

*Incluir a lei nº 2046/2015 que é da obrigatoriedade de ter banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais[...]*

*Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº (9251) que vem assim redacionada[...]*

*Descrição Serviço de locação de banheiros químicos[...]*

*Sucedo que, tal exigência é absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado[...]*

**II – DA ILEGALIDADE**

*[...]Ora, na medida que o indigitado item do edital está a exigir que (mencionar o fato), não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação."*

Requer, portanto, a empresa impugnante Locban que o edital deste pregão presencial nº 09/2019 exija dos licitantes, como requisito habilitatório:

I- Que o licitante demonstre possuir contrato com alguma empresa que faça a destinação final do resíduo dos banheiros químicos e que essa empresa possua o CTF.



0004104

**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Comissão Permanente de Licitações**

Em primeiro lugar ressalte-se que este procedimento licitatório pregão presencial nº 09/2019 é um edital de registro de preços. Nos dizeres de José Anacleto Abduch Santos ( O sistema de registro de preços para contratação de serviços e obras): *"a lógica do sistema é a de que há compromisso do fornecedor em relação à proposta formulada na licitação, sem que, contudo, haja obrigação de contratar por parte da Administração Pública"*

No ponto, pede a procedência da presente impugnação para exigir dos licitantes que os mesmos tenham contrato com terceiros relativo a destinação final dos resíduos dos banheiros químicos e que esses terceiros possuam o CTF do IBAMA.

Nossa CF/88, em seu art. 37, inc. XXI, determinou que os requisitos habilitatórios fossem os mínimos necessários à garantia dos fins visados pela Administração Pública, sob pena de restrição ao caráter competitivo que todo certame deve ter.

Assim, exigir que os licitantes apresentem contratos com terceiros, ao contrário do alegado pela impugnante, é que irá restringir o caráter competitivo deste certame. Ademais, será um gasto desnecessário que o licitante terá, pois não necessariamente, o Município irá contratar, haja vista ser um Registro de Preços.

Não é outro, senão o entendimento da nossa corte de contas federal sobre a restrição ao caráter competitivo:

*"Abstenha-se de incluir em instrumentos convocatórios exigências não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em observância ao art. 37, inciso XX I, da Constituição Federal e em atendimento aos dispositivos legais que vedam cláusulas editalícias restritivas da competitividade, em especial o art. 3º, § 1º, inciso I, o art. 30, § 1º, inciso I, e § 5º, da Lei no 8.666/1993. Acórdão 1312/2008 Plenário*

*Abstenha-se de exigir, no ato convocatório, que as empresas licitantes e/ou contratadas apresentem declaração, emitida pelo fabricante do bem ou serviço licitado, de que possuem plenas condições técnicas para executar os serviços, são representantes legais e estão autorizadas a comercializar os produtos e serviços objeto do termo de referência, uma vez que essa exigência restringe o caráter competitivo do certame e contraria os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei no 8.666/1993. Acórdão 423/2007 Plenário*

*Restringe o caráter competitivo do certame a inclusão de cláusula exigindo, na fase de habilitação, que a empresa licitante já possua usina de asfalto instalada, ou, em caso negativo, que apresente declaração de terceiros detentores de usina, ainda mais quando é fixado limite máximo de distância para sua instalação. Acórdão 800/2008 Plenário (Sumário)"*

Exigir que os licitantes tenham contrato com terceiro e possuam CTF não está no rol taxativo do art. 27 da Lei 8.666/93. Exigir documentos não previstos em lei fere o principal princípio administrativo, o da Legalidade.

A não exigência requerida pela impugnante não quer dizer que o Município não esteja atento às normas ambientais. É que num procedimento licitatório o Município só pode exigir o que a lei determina. Não mais.



000105

**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Comissão Permanente de Licitações**

No Termo de Referência do edital está exposto no item 4 que é obrigação do contratado dispor dos dejetos, ou seja, ele tem plena consciência que sua atividade requer a observância das normas ambientais.

À luz do exposto e no ponto, com espeque no art. 3º da Lei 8.666/93 e decisões do TCU supra transcritas, opina esta AGM pela improcedência da impugnação apresentada pela empresa Locban Produções e Eventos EIRELI.

II – “Incluir a lei 2046/2015(sic) que é da obrigatoriedade de ter banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais.”

Referida lei não existe. Deve ser o projeto de lei nº 2046/2015 que está em tramitação na Câmara dos Deputados ( <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1514566>) “Situação: Aguardando Apreciação pelo Senado Federal” conforme consulta hoje, dia 28 de março de 2019.

E como já exposto no item I acima a administração pública tem por princípio maior o da Legalidade. Isto é. Ela só faz o que a lei determina e não o que um projeto de lei determina. Despiciendo tecer maiores considerações.

Diante do exposto, opina esta AGM, neste ponto, pela total improcedência da impugnação apresentada pela empresa Locban Produções e Eventos EIRELI.

Após manifestação técnica, em indeferir a impugnação da licitante, o Secretário Municipal de Administração, Sr. José Martins Coelho, analisou os fundamentos de tal e DECIDIU pelo improvimento da impugnação, interposta pela licitante LOCBAN PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI.

Comunica-se que, a impugnação recebida, o parecer técnico e a Decisão do Secretário de Administração – Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 12:00 às 18:00 horas.

Patos de Minas, 28 de março de 2019

**Álvaro Guilherme Rocha**  
Pregoeiro